

UFPR LITORAL, ESPORTE E LAZER É A NOSSA PRAIA! UMA EXPERIÊNCIA EM CONSTRUÇÃO: NOVOS CAMINHOS NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Prof. Dr. Marcelo Silva da Silva

Resumo

O artigo problematiza inicialmente as transformações sociais do mundo do trabalho e suas conseqüências para o campo da formação profissional. Discuti o contexto da formação universitária e suas atuais crises a partir da análise de Santos (1996; 2002; 2010), na sequência apresenta de forma sintética uma iniciativa inovadora de fazer universitário a partir do Projeto Político-Pedagógico da UFPR Litoral e, por fim, descreve brevemente a proposta que gerou o Curso de Gestão Desportiva e do Lazer e o seu atual estágio de implementação e reformulação.

Palavras-chave: Formação Universitária; Formação Profissional; Esporte; Lazer.

Abstract

The article first discusses the social changes in the workplace and its consequences for the field of vocational training. I have also discussed the context of university education and its current crisis from the analysis of Santos (1996; 2002; 2010), following summarizes an innovative approach to make university from the Pedagogical Political Project UFPR Litoral, and finally, describes a little of the proposal that generated the Course of Sport Management and Leisure and its current stage of implementation and reformulation.

Keywords: Undergraduate Education; Professional formation; Sport; Leisure.

Resumen

El primer artículo analiza los cambios sociales en el lugar de trabajo y sus consecuencias en el ámbito de la formación profesional. He examinado el contexto de la educación universitaria y su crisis actual a partir del análisis de Santos (1996; 2002; 2010), a continuación se resumen un enfoque innovador para hacer de la universidad desde lo Proyecto Político Pedagógico de la UFPR Litoral, y, finalmente, describe un poco de la propuesta que ha generado el Curso de Gestión Deportiva y Ocio y su actual fase de aplicación y reformulación.

Palabras claves: Educación de la Universidad; Formación Profesional; Deporte; Ocio.

Traços, letras e sílabas: reescrevendo currículos de formação



Vivemos nas últimas décadas diversas transformações no campo da formação profissional, em especial, na formação universitária, com mudanças significativas nos mecanismos e espaços de oferta dessa formação, bem como, no status que ela representa em nossa sociedade. Em grande parte, essas transformações se dão devido à reestruturação do mundo do trabalho e a transição paradigmática no campo da ciência. A primeira atuando a partir de uma pressão mais externa e a segunda questão como um fator mais intrínseco ao campo acadêmico.

Nesse contexto de transformações a busca pela superação de certas *burocracias* da formação profissional e humana, como diria a perspicaz Mafalda, tem levado a universidade a repensar seus objetivos, saberes e processos. Seja pela crise que esses movimentos de contradição geram dentro dela, seja pela necessidade e pressão externas, hora da sociedade, hora do Estado.

É preciso considerar que as transformações e reestruturações que ocorrem na sociedade em função da dinâmica capital-trabalho, repercutem não só nas formas mais imediatas de acumulação e produção de capital, como também em formas mais abstratas como a produção artística e o trabalho intelectual.

Considerando todo esse movimento que envolve, inclusive o ambiente universitário e os cursos de formação superior, tema que nos leva a escrever este artigo, a partir deste ponto buscamos, num primeiro momento descrever um pouco sobre o contexto de transformações do mundo do trabalho, explicitando suas conseqüências na reformulação do ensino superior. Cabe destacar que não temos nenhuma intenção de esgotar o assunto entendendo que ele é, por demais, amplo e complexo.

Na seqüência passamos a discussão das possibilidades de um novo fazer acadêmico, pautado na necessidade de superação de três crises presentes no contexto universitário, a crise de hegemonia, a crise de legitimidade e por fim a crise de autonomia. Como materialidade da discussão sobre a universidade e os cursos de formação profissional nesse novo paradigma, optamos pelo relato da proposta da Universidade Federal do Paraná Setor Litoral – UFPR Litoral, através da apresentação de algumas peculiaridades do seu Projeto Político Pedagógico – PPP.

Finalizamos nosso texto abrindo o debate sobre a iniciativa de formulação de cursos de formação, a partir de novas configurações e arranjos dos temas da Educação Física, descrevendo o estágio em que nos encontramos no debate da reestruturação do curso superior do Setor Litoral, inicialmente denominado, Gestão Desportiva e do Lazer - GDL.

Mudanças, transformações e crises no campo universitário: Pela superação da burocracia acadêmica

Atrelado ao fenômeno da Globalização, que entendemos ser não apenas um processo econômico, mas se trata de um fenômeno multidimensional, que obedece às decisões de natureza política, muitas transformações têm ocorrido nos últimos anos no mundo.

Esses movimentos contraditórios, onde novos discursos apontavam para uma reestruturação no sentido da efetiva inclusão dos sujeitos na tomada de decisões e apropriação sobre sua forma de trabalho, na verdade, em geral, não se efetivam sendo cada vez maiores os desafios enfrentados pelos trabalhadores na busca do emprego e na tentativa de sua subsistência.

A busca pela produtividade, ao invés da exigência de qualificação, melhoria das condições de trabalho e formação, com algumas exceções, tem acarretado, uma tendência à redução dos custos com a mão-de-obra com conseqüente aumento do desemprego. Ainda que em parte possamos considerar que tem havido uma pequena exceção no contexto Brasileiro nos últimos anos, se comparado a outros países, havendo sim crescimento econômico e de oferta de postos de trabalho, essa realidade não deixa de ser afetada pelo contexto mais amplo das relações econômicas mundiais.

Uma das exigências constantes no discurso sócio-político-econômico ainda é a questão da educação e da qualificação profissional, ainda que esta qualificação não seja algo simples de definirmos apresentando uma série de variáveis. A condição de superação da pobreza e desigualdade no mundo, ao menos nos discursos oficiais, passa pela ampliação ao acesso à educação, incluindo o ensino superior.

Resta considerar que educação superior esse quadro demanda e que repercussões esse contexto mais amplo tem nas universidades e sua organização.

A reestruturação da educação e o contexto universitário

Esse contexto sócio-político-econômico, que nos referimos anteriormente, trouxe conseqüências para diferentes setores da sociedade, entre eles, o campo da educação através das Reformas Educacionais. Na visão de Oliveira (2004), as reformas educacionais iniciadas na última década no Brasil e nos demais países da América Latina têm trazido mudanças significativas para os trabalhadores docentes. São reformas que atuam não só no nível da escola, mas em todo o sistema, repercutindo em mudanças profundas na natureza do trabalho escolar.

Essas reformas não só alteraram a organização e a oferta educacional como também as relações de trabalho na Educação Básica, Ensino Médio, Técnico e Superior. Com esse encaminhamento, Oliveira (2004) destaca que a década de 1990 inaugurou um novo momento na educação brasileira, comparável, em termos de mudanças, à década de 1960, em que se registrou a tessitura do que seria vivenciado nas duas décadas seguintes.

As transformações das últimas décadas tiveram forte influência do movimento de globalização sócio-político-econômica que vivemos, acarretando mudanças significativas na forma de organização do trabalho docente, bem como, no seu papel e suas condições de trabalho, como afirma Oliveira:

As reformas educacionais dos anos de 1990 tiveram como principal eixo à educação para a equidade social. Tal mudança de paradigma implica transformações substantivas na organização e na gestão da educação pública. Passa a ser um imperativo dos sistemas escolares formar os indivíduos para a empregabilidade, já que a educação geral é tomada como requisito indispensável ao emprego formal e regulamentado, ao mesmo tempo em que deveria desempenhar papel preponderante na condução de políticas sociais de cunho compensatório, que visem à contenção da pobreza (2004, p. 1129).

A partir da década de 90 o Brasil assume o discurso da redução das diferenças sociais através da ampliação do acesso a educação, assim a estratégia de contenção da pobreza passa a ser a ampliação da escolaridade básica como forma de ascensão social e possibilidade de inclusão no mercado de trabalho e conseqüentemente, do país no mercado globalizado.

Ao que parece o caminho escolhido para a ampliação do acesso a educação preconizada pelos órgãos internacionais e pelas políticas educacionais brasileiras na década de 1990, passaram pela lógica da redução de custos e flexibilização dos currículos, em alguns casos visando mais a quantidade em detrimento da qualidade. Logo, Catani (2001), entende que todo esse ideário da flexibilização curricular, assimilado pelos documentos das instâncias executivas responsáveis pela formulação de políticas para a graduação no país, parece decorrer da compreensão de que estão ocorrendo mudanças no mundo do trabalho e, conseqüentemente, nos perfis profissionais, ocasionando a necessidade de ajustes curriculares nos diferentes cursos de formação profissional. Essas dinâmicas “naturalizam” o espaço universitário como campo de formação profissional em detrimento de processos mais amplos, reduzindo, sobretudo, o papel das universidades.

A partir do início dos mandatos do presidente Luis Inácio Lula da Silva, passamos a uma nova reformulação das políticas educacionais no país, ainda que em alguns aspectos estas não dêem conta de significativas mudanças de paradigma no ensino superior, vemos alguns movimentos que merecem destaque, entre eles, a retomada do investimento no ensino superior público. Nos últimos anos o governo federal tem investido massivamente na expansão do ensino superior, tecnológico e técnico em todo o território nacional através da ampliação do número de vagas oferecidas, criação de novas universidades, ampliação das existentes, contratação de corpo docente e técnico.

Percebe-se também uma retomada das políticas afirmativas de inclusão na educação e um crescimento do investimento em ciência e tecnologia, algo extremamente positivo as universidades, mas por outro lado permanece em pauta os debates sobre a remuneração dos docentes e técnicos, bem como, o sistema de avaliação do ensino universitário, temas extremamente polêmicos e que interferem diretamente em questões como o trabalho docente e a autonomia universitária.

Em meio a todo esse contexto “local”, brasileiro, o ensino superior encontra-se também, num contexto mais global, em meio a um conjunto de crises identificadas por Santos (1996). Segundo o autor a Universidade encontra-se em meio a uma complexa crise que tem origem em algumas contradições internas da própria universidade, no contexto sócio-político no qual ela esta inserida e na forma como a universidade tem feito a gestão das tensões no seu interior.

Segundo Santos,

a gestão das tensões tem sido particularmente problemática em três domínios: a contradição entre a produção de alta cultura e de conhecimentos exemplares necessários à formação das elites de que a universidade se tem vindo a ocupar desde a Idade Média, e a produção de padrões culturais médios e de conhecimentos úteis para as tarefas de transformação social e nomeadamente pra formação da força de trabalho qualificada exigida pelo desenvolvimento industrial (Moscati, 1983: 22); a contradição entre a hierarquização dos saberes especializados através das restrições de acesso e da credencialização das competências e as exigências sócio-políticas da democratização e da igualdade de oportunidades; e, finalmente, a contradição entre a reivindicação da autonomia na definição dos valores e dos objectivos institucionais e a submissão crescente a critérios de eficiência e de produtividade de origem e natureza empresarial. (Santos, 1996, p. 190)

Para o autor o crescimento dessas tensões internamente no âmbito universitário e a gestão controlada das mesmas tende a ser sintomático e representa sempre a reprodução controlada de uma determinada crise que pode ser identificada, hora como *crise de hegemonia*, hora *crise de legitimidade* e em outra como *crise institucional*.

A contradição entre conhecimentos exemplares e conhecimentos funcionais manifesta-se como *crise de hegemonia*.

Há uma crise de hegemonia sempre que uma dada condição social deixa de ser considerada necessária, única e exclusiva. A universidade sofre uma crise de hegemonia na medida em que a sua incapacidade para desempenhar cabalmente funções contraditórias leva aos grupos sociais mais atingidos pelo seu déficit funcional ou o Estado em nome deles a procurar meios alternativos de atingir os seus objetivos. (Santos, 1996, p. 190)

Assim, ao ser confrontada com a necessidade de manter seu caráter de centro de excelência em formação humana, científica e tecnológica, ao mesmo tempo em que tem de ser espaço privilegiado de produção de conhecimentos aplicados e socialmente interessados, centro de formação profissional, a universidade se vê em uma contradição que questiona sua própria importância e hegemonia, pois em muitos casos pode ser substituída por outros espaços de formação, tanto de altos conhecimentos como de formação para o trabalho. Ao tentar responder a estas duas demandas por vezes não tem atendida nem uma nem outra.

A segunda contradição entre hierarquização e democratização se manifesta na forma de uma *crise de legitimidade*. Historicamente a universidade se constituiu como um espaço de formação da elite e de hierarquização dos sujeitos socialmente, tanto externa como internamente, a própria comunidade acadêmica é uma comunidade hierarquizada. Assim, a *universidade sofre uma crise de legitimidade na medida em que se torna socialmente visível a falência dos objetivos coletivamente assumidos* (Santos, 1996, p.190), ou seja, a universidade se vê incapaz de responder ao discurso da democratização do acesso a educação na medida em que isso é contrário ao seu princípio de hierarquização dos sujeitos e dos saberes. A possibilidade de acesso de todos independente de suas capacidades e qualidades torna-se uma contradição ao princípio da diferenciação entre os mais ou menos aptos. Essa crise fica clara na constituição de alternativas no meio universitário, constituindo cursos de maior status, centros de excelência, supervalorização da investigação e depreciação do ensino e da extensão como sub-atividades acadêmicas, reservadas aos menos aptos.

Por fim, a contradição entre autonomia institucional e produtividade social se manifesta na forma de uma *crise de institucional*. *A universidade sofre uma crise institucional na medida em que a sua especificidade organizativa é posta em causa e se lhe pretende impor modelos organizativos vigentes noutras instituições tidas por mais eficientes* (Santos, 1996, p 190). As exigências de produtividade, os critérios de supervalorização quantitativa da produção acadêmica são exemplos claros dessa crise que se instala nas últimas décadas no âmbito universitário.

Na busca pela transformação da universidade é fundamental considerar que:

É certo que em muitos países, sobretudo periféricos e semiperiféricos, tais contradições são por enquanto latentes já que o que domina é a posição

defensiva da manutenção do *status quo* e da recusa, quer da globalização neoliberal, quer da globalização alternativa. Esta é uma posição conservadora, não por advogar a manutenção do *status quo*, mas porque, desprovida de alternativas realistas, acabará por ficar refém dos desígnios da globalização neoliberal da universidade. Os universitários que denunciam esta posição conservadora e, ao mesmo tempo, recusam a idéia da inelutabilidade da globalização neoliberal serão os protagonistas da reforma progressista que aqui proponho. (Santos, 2010, p. 42)

Na busca pelo protagonismo de uma reforma progressista como propõem Santos, a universidade, através dos seus sujeitos precisa se repensar, nesse sentido o autor sugere alguns elementos para que possamos pensar essa nova Universidade de Idéias.

Santos (1996), propõe onze teses para pensarmos uma nova universidade, sinteticamente apresentamos algumas dessas teses que nos ajudam a compreender e justificar as inovações propostas pela UFPR Setor Litoral e seu curso.

a) A universidade constitui-se em sede privilegiada e unificada de um saber privilegiado e unificado feito dos saberes produzidos pelas três racionalidades da modernidade: racionalidade cognitivo-instrumental das ciências. A racionalidade moral-prática do direito e da ética e a racionalidade estético-expressiva das artes e da literatura.

b) Os processos de investigação, ensino e extensão deverão seguir três princípios: a prioridade da racionalidade moral-prática e da racionalidade estético-expressiva sobre a racionalidade cognitivo-instrumental; a dupla ruptura epistemológica e a criação de um novo senso comum; a aplicação edificante da ciência no seio de comunidades interpretativas;

c) A prioridade na racionalidade moral-prática e estético-expressiva não significa a negação da racionalidade cognitivo-instrumental, representadas fortemente pelas ciências naturais no âmbito universitário, mas sim o reconhecimento de que a natureza é cada vez mais um fenômeno social e, enquanto tal, cada vez mais importante.

d) A universidade deve ser um ponto privilegiado de encontro entre saberes. A hegemonia da universidade deixa de residir no caráter único e exclusivo do saber que produz e transmite para passar a residir no caráter único e exclusivo da configuração de saberes que proporciona.

e) A revalorização dos saberes não científicos e a revalorização do próprio saber científico pelo seu papel na criação ou aprofundamento de outros saberes não científicos, implica um modelo de aplicação da ciência alternativo ao modelo de aplicação técnica, um modelo que subordine o *know-how* técnico ao *know-how* ético e comprometa a comunidade científica existencial, ética e profissionalmente com o impacto da aplicação.

f) A “abertura ao outro” é o sentido profundo da democratização da universidade, uma democratização que vai muito para além da democratização do acesso à universidade e da permanência nesta. Numa sociedade cuja quantidade e qualidade de vida assenta em configurações cada vez mais complexas de saberes, a legitimidade da universidade só será cumprida quando as atividades, hoje ditas de extensão, se aprofundarem tanto que desapareçam enquanto tais e passem a ser parte integrante das atividades de investigação e ensino.

g) A universidade ao aumentar sua capacidade de resposta não pode perder sua capacidade de questionamento.

h) A universidade só resolverá sua crise de autonomia na medida em que for uma anarquia organizada, feita de hierarquias suaves e nunca sobrepostas. (Santos, 1996, p 223 – 225)

Pelo próprio limite de tempo e espaço destinado deste documento, não faremos a discussão mais detalhada de cada um dos elementos apresentados nas teses de Santos (1996), mas optamos por entrar diretamente na reflexão de como essas proposições

estão presentes em uma proposta efetiva de universidade. Assim passamos ao relato da proposta da UFPR Litoral e da criação de seus cursos.

Sol, mar e... Universidade? UFPR Litoral: educação é a nossa praia!

Na insistência por resgatar a utopia como forma de pensar o futuro, concordamos com Santos (2002, p. 333), quando afirma que não devemos propor *uma utopia propriamente dita, mas antes uma heterotopia. Em vez da invenção de um lugar situado algures ou nenhures, proponho uma deslocação radical dentro do mesmo lugar: o nosso.*

Assim, considerando todo o contexto exposto até aqui, torna-se fundamental identificar e reconhecer iniciativas que buscam superar as dificuldades impostas e, a partir do seu lugar/local, estão tentando construir processos de formação pautados na inovação, no diálogo entre os diferentes saberes, situando seu *saber-ser* e *saber-fazer* em territórios de fronteira entre o local, regional e global, constituindo experiências baseadas na emancipação e não na colonização do outro.

Dentre estas experiências queremos dialogar com o curso de Gestão Desportiva e do Lazer (GDL), criado em 2007 na UFPR Litoral, no município de Matinhos Litoral do Paraná, Brasil. Antes de apresentar o estágio em que se encontram nossas discussões quanto ao curso de GDL é preciso apresentar a proposta da própria UFPR Litoral onde ele esta ancorado.

O Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná é constituído a partir das discussões que culminaram na plataforma para eleição da sua reitoria no ano de 2001, para gestão 2002 – 2006.

Como consta no Projeto Político-pedagógico do Setor, *a proposta foi fundada com a intencionalidade de representar mais do que a ampliação de vagas no ensino superior, fato este que por si só já seria significativa, mas instalou um Projeto inovador em uma região geográfica desacreditada historicamente e com uma grande debilidade econômica.* (PPP UFPR Litoral, 2008, p. 01)

Podemos perceber na leitura do PPP da UFPR Litoral que esta surge com uma intencionalidade clara, pautada pelos sujeitos que a propuseram e pela articulação dos poderes públicos que a viabilizaram, seu papel no contexto local e regional fica expresso no decorrer da sua argumentação:

Percebendo-se como uma instância de fomentos públicos, a UFPR Litoral alicerça seus compromissos com as regiões do Estado do Paraná, localizadas no litoral e região do Vale do Ribeira, que se mostram ávidas por oportunidades de um desenvolvimento sócio-econômico e cultural. (PPP UFPR Litoral, 2008, p. 4)

Dessa forma a UFPR Litoral foi pensada como espaço privilegiado de fomento ao desenvolvimento local e regional, fundamentada numa concepção de universidade como pólo de conhecimentos científicos-tecnológicos voltados à emancipação dos sujeitos, assim, *o conhecimento passa a assumir uma dimensão científico-social* (PPP UFPR Litoral, 2008).

O PPP da UFPR Litoral assume claramente a importância e o papel de protagonismo no desenvolvimento local e regional das comunidades envolvidas, mas ao mesmo tempo questiona a lógica da modernidade e da própria universidade enquanto única fonte de saberes capazes de formar profissionais e transformar a realidade.

Considerando-se diante dessa crise da modernidade e do modelo de universidade constituído a UFPR Litoral propõem em seu PPP

superar os pressupostos da modernidade e lançar-se na construção de um projeto inovador e emancipatório. Para tal, toma como princípio a reflexão acerca da realidade concreta do lugar, como fonte primeira, para, em diálogo com o conhecimento sistematizado, tecer a organização curricular e o desenvolvimento de projetos que devem partir dos alunos e envolver os professores e a comunidade. (PPP UFPR Litoral, 2008, p. 8)

A universidade e seus cursos, nessa perspectiva, devem responder como um *agente fomentador de leitura crítica da realidade e, fundado nela construir conhecimentos que viabilizem a intervenção nessa realidade e possibilitem a construção de novas teorias[...] a partir de um paradigma social que assume a técnica como suporte e não mais como definidora da formação* (PPP UFPR Litoral, 2008, p. 10).

Esse paradigma repercute diretamente no trabalho pedagógico dessa forma a UFPR Litoral propõem que este, percebido em sua totalidade, deverá ser pautado por três princípios:

- a) o comprometimento da Universidade com os interesses coletivos;
- b) a educação como totalidade;
- c) a formação discente pautada na crítica, na investigação, na pró-atividade e na ética, capaz de transformar a realidade. (PPP UFPR Litoral, 2008, p11)

A partir dos elementos apresentados, podemos perceber o quanto o PPP da UFPR Litoral em suas proposições aproxima-se da efetivação das teses de Santos (1996), apresentadas anteriormente neste texto, buscando passar de uma idéia de universidade a uma universidade de idéias.

Entendendo, ainda que de forma inicial e resumida a proposta da UFPR Litoral e suas pretensões, passamos, então, a origem do curso de GDL, seus dilemas e o debate de sua reconfiguração atual.

O diálogo com a realidade e a construção curricular

Na perspectiva do ensino e da formação profissional, a lógica fortalecida hoje pela sociedade de consumo, aponta para a necessidade de um maior número de profissionais habilitados nas mais diversas áreas, ao mesmo tempo em que os processos de formação são claramente enfraquecidos e precarizados. Assim, as demandas sociais parecem apontar para a necessidade de um profissional cada vez mais qualificado, mas essa qualificação não será obtida senão pelo esforço individual, através do acúmulo de cursos e conhecimentos técnicos, ao menos do ponto de vista tradicional da formação profissional.

Considerando o PPP da UFPR Litoral e seus pressupostos, percebemos que os diferentes cursos oferecidos nesse Setor apresentam características que estão na contra-mão dessa lógica. A formação proposta é centrada na auto-formação, mas esta entendida de forma coletiva, processual, focada na realidade, com um forte caráter emancipatório.

Os currículos contemplam três grandes módulos que organizam e sistematizam todos os cursos: Fundamentos Teórico-práticos (FTP); Projeto de Aprendizagem (PA); e Interações Culturais e Humanísticas (ICH). A ênfase no ensino por projetos de aprendizagens coletivos nos FTPs é outra característica do currículo dos cursos da UFPR Litoral.

As *experiências*¹, individuais e coletivas, apresentam-se como elementos fundamentais em todo o processo de formação e desenvolvimento acadêmico, inclusive na construção dos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC), respeitando os diferentes sujeitos envolvidos, a forte ligação com a realidade e o fato, de que são eles que fazem a universidade acontecer.

A proposta inicial do curso de GDL é construída focada na idéia de forma um profissional habilitado a atuar no reconhecimento, produção e promoção do Esporte e do Lazer no Litoral do Paraná e região do Vale do Ribeira, com habilidades gerenciais e técnicas tanto para o desenvolvimento de ações esportivas e de lazer como para a gestão dessas atividades em diferentes espaços e instituições visando, principalmente, o desenvolvimento local e regional.

Após a formulação e organização de uma primeira proposta curricular o curso inicia suas atividades em 2009 com o ingresso da primeira turma, ao mesmo tempo em que um número significativos de novos professores são contratados para ampliar o corpo docente do curso.

O conjunto desses fatores gerou movimentos na instituição e no curso explicitando tensões e contradições, movimento previsto na própria proposta da UFPR Litoral, que pressupõem que o currículo é um processo e não um objeto, dessa forma passamos a rediscutir a proposta inicial na perspectiva de qualificá-la e fortalecer sua relação intrínseca com a realidade local e regional e com o conjunto dos docentes que atuam no curso.

Neste momento estamos iniciando o trabalho com a segunda turma do curso e trabalhando para formalização das alterações e novas proposições para o currículo do curso.

Finalizando, este texto relata a experiência da elaboração do curso de Graduação em Gestão Desportiva e do Lazer², que esta sendo construídos por sujeitos, reais, com potencialidades, qualidades e limites, em um tempo-espaço determinado e datado, portanto, propensos a acertos e equívocos. Aqui apresentamos um pouco da contextualização do campo universitário atual, dos dilemas e conflitos presentes no âmbito da formação, o retrato do curso inicial de GDL e o estado atual de nossa elaboração. Esperamos que esse relato colabore com outras construções e com o debate da formação universitária, bem como, com a própria reelaboração continua de nosso curso que encontra-se em desenvolvimento nesse momento.

REFERÊNCIAS

BONDÍA, J. L. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**. Jan/Fev/Mar/Abr 2002 N° 19. P. 20 – 28.

¹ A experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca. A cada dia se passam muitas coisas, porém, ao mesmo tempo, quase nada nos acontece. Dir-se-ia que tudo o que se passa está organizado para que nada nos aconteça. (Bondía, 2002, p. 21)

² Esta é uma denominação que nesse momento passa a ser provisória, pois o curso e seu currículo nesse momento ainda estão em debate pelos diferentes sujeitos da comunidade acadêmica.

CATANI, A.; OLIVEIRA, J. F. de; DOURADO, L. F. Política Educacional, Mudanças no Mundo do Trabalho e Reforma Curricular dos Cursos de Graduação no Brasil. **Educação & Sociedade**, ano XXII, nº 75, Agosto/2001, p. 67-83.

CONTRERAS, J. **Autonomia de Professores**: os valores da profissionalização e a profissionalidade docente. São Paulo, SP: Cortez, 2002.

LEITE, M. de P.; RIZEK, C. S. Projeto: Reestruturação produtiva e qualificação. **Educação & Sociedade**, ano XVIII, nº 58, julho/97. p. 178-198.

OLIVEIRA, D. A. A Reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1127-1144, Set./Dez. 2004.

SANTOS, B. de S. O social e o político na transição pós-moderna. **Lua Nova, Revista de cultura e política**, n. 31, 1993, São Paulo.

SANTOS, B. de S. **Um Discurso sobre as Ciências**. 7. ed. Porto: Edições Afrontamentos, 1995.

SANTOS, B. de S. **Pela Mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 2. ed.. São Paulo: Cortez, 1996.

SANTOS, B. de S. **A Crítica da Razão Indolente**: *contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Editora Cortez, 2002.

SANTOS, B. de S. **A Universidade no Século XXI**: Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/auniversidadedosecXXI.pdf>>. Acessado em: 26 de março de 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – UFPR. Setor Litoral. **Projeto Político Pedagógico**. Matinhos, setembro, 2008. Disponível em: <http://www.litoral.ufpr.br/htms/projetopedagogico2008.htm>

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – UFPR. Setor Litoral. **A Trajetória da Implantação da UFPR Litoral**. Matinhos, setembro, 2008.

ⁱ Professor do Curso de Gestão Desportiva e do Lazer – Universidade Federal do Paraná Setor Litoral/PR/Brasil. Doutor em Educação pela UNISINOS. Email: marcelao_rs@yahoo.com.br